

DE PRECONCEITOS A RECONSTRUÇÕES: OS ESTUDOS DE RESQUÍCIOS HUMANOS AO LONGO DOS SÉCULOS

FROM PREJUDICES TO RECONSTRUCTIONS: THE STUDY OF HUMAN REMAINS THROUGH THE CENTURIES

Luana Batista-Goulart*

luana.batista-goulart@ined.fr

O estudo de resquícios humanos começou no XIX, quando os trabalhos publicados reforçavam os preconceitos de etnia e de gênero comuns na sociedade da época. Desde então houve muitas transformações nos objetivos e nas metodologias da disciplina, devido aos avanços na Ciência, mas também à participação de mulheres e de pessoas negras e indígenas na produção do conhecimento. Durante esse processo surgiu uma nova abordagem, a bioarqueologia, que integra elementos da arqueologia, da antropologia biológica e de outras áreas do conhecimento. A bioarqueologia nos permite fazer um estudo mais detalhado sobre as condições de vida em sociedades do passado. Diversos elementos vão determinar o acesso de indivíduos a recursos em quantidade e qualidade suficientes para a sobrevivência, dentre eles o gênero e a religião. Nesse artigo discutimos como os conceitos de gênero e de religião eram tratados desde o início da disciplina até o período atual, e como eles podem ser empregados como elementos da análise interseccional em bioarqueologia.

Palavras-chave: Bioarqueologia. Análise interseccional. Condições de vida em sociedades do passado.

The study of human remains began in the 19th century, when published works reinforced ethnic and gender prejudices common in society at the time. Since then, there have been many transformations in the objectives and methodologies of the discipline, due to advances in Science, but also to the participation of women and black and indigenous people in the production of knowledge. During this process, a new approach emerged, bioarchaeology, which integrates elements from archaeology, biological anthropology and other areas of knowledge. Bioarchaeology allows us to carry out a more detailed study of the living conditions in past societies. Several elements will determine individuals' access to resources in sufficient quantity and quality for survival, including gender and religion. In this article we discuss how the concepts of gender and religion were treated from the beginning of the discipline to the current period, and how they can be used as elements of intersectional analysis in bioarchaeology.

Keywords: Bioarchaeology. Intersectional analysis. Living conditions of past populations.

* Institut national d'études démographiques (INED), Aubervilliers, França. Université Côte d'Azur, CNRS, CEPAM, Nice, França. ORCID: 0000-0002-8960-2010

L'étude des restes humains a commencé au XIXe siècle, quand des travaux publiés ont renforcé les préjugés ethniques et sexistes existants dans la société de l'époque. Depuis, de nombreuses transformations ont eu lieu dans les objectifs et les méthodologies de la discipline, dues aux progrès de la Science, mais aussi à la participation des femmes et des personnes racisées à la production du savoir. Au cours de ce processus, une nouvelle approche a émergé, la bioarchéologie, qui intègre des éléments de l'archéologie, de l'anthropologie biologique et d'autres domaines de connaissances. La bioarchéologie permet de réaliser une étude plus détaillée des conditions de vie dans les sociétés passées. Plusieurs éléments détermineront l'accès des individus aux ressources en quantité et en qualité suffisantes pour survivre, notamment le sexe et la religion. Dans cet article, nous discutons la façon dont les concepts de genre et de religion ont été traités depuis le début de la discipline jusqu'à la période actuelle, et comment ils peuvent être utilisés comme éléments d'analyse intersectionnelle en bioarchéologie.

Mots-clés : Bioarchéologie. Analyse intersectionnelle. Conditions de vie des populations du passé.

•

1. Introdução

Desde a vida uterina até a morte o corpo humano é moldado por diversos fatores, de origem social, ambiental ou biológica. Esses fatores combinados compõem as condições de vida de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. Por exemplo, as discriminações ou práticas culturais ligadas ao gênero ou à religião influenciam o acesso de um grupo de pessoas a recursos em quantidade e qualidade suficiente para a sua subsistência. Em momentos em que a ordem social é desestabilizada e os recursos se tornam escassos, como durante epidemias, guerras ou desastres naturais, as consequências de discriminações são acentuadas. Nesse cenário se acrescentam vulnerabilidades relacionadas a idade ou a doenças preexistentes, por exemplo.

No caso de sociedades do passado, os arquivos biológicos, ou seja, os esqueletos, são os únicos testemunhos de certas dinâmicas sociais, como, por exemplo, a divisão de recursos durante uma crise. Essas dinâmicas moldaram esses esqueletos de acordo com as características sociais e biológicas de cada indivíduo. Desta forma, os restos humanos são elementos importantes da pesquisa sobre populações do passado, pois contribuem para a nossa compreensão sobre as condições de vida e divisão de recursos em nessas populações, dificilmente obtidas a partir de outras fontes (Batista-Goulart et al., 2023a, 2023b; Batista-Goulart & Séguy, 2024; Geber & Murphy, 2012; Gowland et al., 2023; Granados Vázquez, 2020; Koepke et al., 2018; Quade & Gowland, 2021; Santos & Coimbra, 1999). Algumas sociedades não possuem registros históricos, e mesmo quando disponíveis, os registros existentes, por vezes, apresentam informações incompletas ou imprecisas sobre certos grupos ou certos eventos, tais quais, divisão de recursos alimentares, violências e traumas sofridos, atividades profissionais, demografia, impactos de uma colonização ou desigualdades sociais.

A disciplina que estuda esqueletos humanos é a antropologia biológica. Chamamos de “bioarqueologia” os trabalhos na intersecção de arqueologia e antropologia biológica.

Este termo, que surgiu nos países de língua inglesa, passou a ser utilizado também em outros locais para designar o estudo de restos humanos de populações do passado (em oposição aos estudos realizados em coleções contemporâneas), considerando tanto variáveis ambientais quanto culturais (Agarwal, 2016; Armelagos, 2003; Buikstra & Beck, 2006; Martin et al., 2013; Zuckerman & Crandall, 2019). Na abordagem bioarqueológica integramos conceitos e métodos de várias disciplinas, como obviamente a antropologia biológica e a arqueologia, mas também a medicina, as ciências da nutrição, as geociências, a demografia e a sociologia, por exemplo. Armelagos (2003) considera que as contribuições do pensamento pós-processual para a bioarqueologia consistem em inscrever as nossas hipóteses num contexto político-econômico, onde utilizamos a análise osteológica para medir os efeitos das transformações sociais, políticas e econômicas da época na saúde de indivíduos.

Durante a segunda onda feminista, na década de 1960, pesquisadoras começaram a denunciar o racismo e o machismo em suas áreas de pesquisa. A partir daí, começaram os estudos de gênero na Academia. Mais tarde, foi integrado um novo conceito, a interseccionalidade, proveniente do feminismo negro (Bairros, 1995; Bilge, 2009; Dommasnes, 2024; Ribeiro, 2016; Santos, 2007; Silva, 2014; Taylor, 1998; Vèrges, 2019). Esta integra ao estudo de gênero as diversas identidades e papéis sociais que vão influenciar a experiência vivida por um indivíduo, tais como, classe social, idade, etnia, profissão e também a religião. Ou seja, só conseguimos ter uma perspectiva sólida durante o estudo de uma população se levarmos em conta os diversos elementos que criaram o fenômeno observado. Através da abordagem bioarqueológica, podemos aplicar os conceitos da interseccionalidade em nossas pesquisas.

O presente artigo tem como objetivo (1) analisar as mudanças de paradigmas no estudo de esqueletos humanos, dos séculos XIX ao XXI, e (2) discutir como o gênero e a religião são empregados como elementos da análise interseccional sobre as condições de vida nas sociedades do passado. A pesquisa científica pode contribuir para a compreensão das dinâmicas sociais e para a identificação de grupos vulneráveis tanto no passado, quanto no presente. Assim como outros diversos elementos, o discurso científico é mais um dos fatores que molda os corpos dos indivíduos de uma época, como será discutido ao longo desse artigo. Quando analisamos certas discriminações na nossa sociedade atual observamos que muitas vezes a origem de tais discriminações está no passado (ver seção 2), ou então, que uma visão deturpada do passado é utilizada para justificar essa discriminação (Fries, 2024; Patou-Mathis, 2020; Torreira, 2024). Desta forma, é importante refletir sobre a contribuição da nossa disciplina para a sociedade: reforçando preconceitos ou ajudando a quebrá-los.

2. Século XIX e início do século XX: Antropologia Física

2.1. Influências do período anterior à pesquisa científica

A temática empregada nos primeiros trabalhos sobre esqueletos humanos pode ser interpretada como uma continuação do discurso religioso de séculos anteriores, no que diz respeito à populações nativas dos territórios colonizados e à mulheres. Ambos usavam

de sua posição, seja de autoridade científica, seja de autoridade religiosa, para justificar a colonização e a escravização, o que era de interesse da classe dominante. Desta forma, começamos a discussão com um período anterior à pesquisa científica.¹

No início da colonização das Américas (final do século XV) foi autorizada pela igreja católica a conquista de novos territórios pelo reino de Castilha, desde que o mesmo se encarregassem de catequizar as populações nativas (Elliott, 2006). Assim sendo, prosseguiu-se com a colonização, sob o pretexto de “civilizar o corpo e a alma dos nativos”, uma vez que as autoridades religiosas cristãs autorizavam a colonização e os colonizadores levariam para os povos originários o suposto benefício da civilização cristã (Elliott, 2006; Government of Canada, 2002; Smith, 2022).

Um discurso semelhante foi usado para justificar a escravização. Um exemplo é o primeiro sermão de Padre Antônio Vieira, quando ele discursou para uma comunidade de pessoas escravizadas (Carvalho, 2017; Oliveira, 2007; Vieira, 1633). O jesuíta afirma que foi um milagre que levou as/os negras/os ao Brasil, para lá encontrarem Deus, e que através do trabalho elas/eles encontrariam a salvação:

Oh! se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? (...) Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à Cruz e Paixão de Cristo que o vosso em um destes engenhos. (...) Bem-aventurados vós, se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado, e, com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança, aproveitar e santificar o trabalho! (Vieira, 1633).

No caso das mulheres, não foi muito diferente. As nuances da visão da igreja católica sobre as pessoas de sexo feminino variaram com tempo, sendo, em geral, uma visão depreciativa, entre os séculos XII e XV. Entretanto, foi-se estabelecendo um modelo de castidade, caridade e obediência a uma autoridade masculina, seja o pai, o marido ou o superior religioso, como forma de contornar as “tendências negativas” naturais às mulheres (Bernos, 2004; Cevins, 2010; Dubesset, 2008). Tanto no caso das mulheres, quanto das pessoas escravizadas, segundo o discurso católico, a aceitação e a obediência seria o caminho para a salvação, para transpor a qualidade da inferioridade natural. Em outras religiões monoteístas, como o islamismo e o judaísmo, a mulher também ocupava um papel secundário, com obrigações e proibições particulares a elas, além da exclusão ao poder religioso (Dubesset, 2008).

2.2. Primeiros trabalhos de antropologia física

Segundo a análise de Simone de Beauvoir (1949), o homem é visto como o “sujeito” atuante em nossa sociedade e a mulher, como o “outro”. Também podemos aplicar esta observação à investigação científica, especialmente a do século XIX. Naquela época, a

¹ Abordamos o assunto de forma breve nesse artigo, para publicações mais detalhadas, pode-se consultar: Bernos (2004), Carvalho (2017, p. 201), Cevins (2010), Dubesset (2008), Elliott (2006), Government of Canada (2002), Oliveira (2007), Smith (2022).

ciência era conduzida principalmente por homens; e era centrada neles, particularmente nos homens brancos (Conkey & Spector, 1984). A derrota de Napoleão no início do século XIX levou a uma reação nacionalista e ao estabelecimento de regimes conservadores na Europa; nesse contexto, os intelectuais explicavam as diferenças físicas e comportamentais que observavam entre os indivíduos por fatores biológicos (Trigger, 1989).

A disciplina que chamamos de bioarqueologia ou antropologia biológica era, naquela época, conhecida pelo nome de antropologia física. Os principais objetivos da pesquisa consistiam em análises métricas de crânios (Caspari, 2018; Chamla, 1981; Cook, 2006; Márquez-Grant et al., 2016), para evidenciar variações morfológicas e tipologias raciais, porém sem nenhuma base teórica e metodológica sólida (Armélago, 2003; Peyre, 2015; Santos, 2011). Os pesquisadores consideraram que algumas características como inteligência, “tendência criminosa” ou valores morais poderiam ser observadas a partir da morfologia craniana, sem levar em consideração a influência do meio social. Por exemplo, classificaram as morfologias cranianas observadas numa hierarquia que supostamente refletia os graus de desenvolvimento físico, intelectual e moral, onde o homem branco era naturalmente o mais desenvolvido, e a mulher negra a mais grosseira (Bouille, 2002; Patou-Mathis, 2020; Peyre, 2015). Esses antropólogos utilizaram certas variações biológicas para justificar as desigualdades raciais e de gênero, e assim reforçar a ordem social estabelecida (Bouille, 2002; Peyre, 2015; Santos, 2011), como o escravismo que, naquela época, ainda estava em vigor na maioria dos Estados². Neste contexto, a Ciência favorecia os interesses econômicos da classe social dominante, validando as ideias racistas e sexistas, que já vinham de séculos anteriores. Nas obras desse período observamos um desprezo pelos estilos de vida diferentes dos ideais europeus, seja do ponto de vista cultural, econômico ou religioso.

Tantos as populações de origem africana quanto as populações nativas de das Américas, da Ásia ou da Oceania eram vítimas dessas narrativas. Maria Montessori, atualmente uma aclamada pedagoga, não fugiu à regra de seu tempo em um trabalho que fez na área de antropologia física, onde justifica e endossa a colonização e o extermínio de um povo pelas suas características físicas (Montessori, 1913):

The Tasmanians constituted a people that was considered as having the lowest grade of civilisation among all the races on earth. Even English domination failed to adapt them to a more advanced environment, and their race was consequently scattered and destroyed. (1913, p. 77)

[...]

The Tasmanian, on the other hand, sparing by nature, lacking sufficient development of the organs of vegetative life, avoids every form of civilisation, and precipitates himself, an unconscious victim, upon the road to death. His natural parsimony, the scantiness of his

² A primeira abolição da escravatura foi adotada no estado de Vermont, nos Estados Unidos, em 1777; em 1848, a abolição foi definitiva nas colônias francesas (a escravidão, abolida em 1794, havia sido reinstaurada por Napoleão Bonaparte em 1802). No final do século XIX, a escravidão foi abolida em toda a América. O último estado a decretar a abolição foi a Nigéria em 2003 (UNESCO, 2014).

needs, have prevented him from ever feeling that spur toward struggle and conquest which has its basis in the necessities of life. Neither virtue, nor felicity, nor civilisation, nor survival were possible to that race, whose extermination began with the first contact with European civilisation. (1913, p. 92)

Entretanto, nessa mesma publicação citada acima, ao discutir diferenças de altura entre soldados italianos de diferentes contextos sociais, a autora considera as influências das condições de vida no desenvolvimento do corpo. Também não aceita a ideia da inferioridade biológica da mulher, a partir da observação da morfologia e capacidade cranianas, defendida por outras/os autoras/es. Convenientemente, ela classifica como “inferiores” apenas os grupos os quais ela considera como “o outro”. Quando se trata de mulheres, um grupo com o qual ela se identifica, ou indivíduos da mesma nacionalidade que a dela, ela procura explicações mais razoáveis e embasadas para justificar as diferenças físicas; ao contrário de populações de outros continentes, onde repetidas vezes nessa obra (Montessori, 1913), ela usa as diferenças físicas para justificar a falsa ideia de “inferioridade” desses povos.

O mesmo fenômeno observamos no trabalho de Alice Lee (Fawcett & Lee, 1902; Lee, 1901), no Reino Unido, ou de Léonce Manouvrier (Pucheu, 1993), na França. Lee desenvolveu um método para medir a capacidade craniana e o testou em pessoas que viviam no Reino Unido no início do século XX. Ela estudou 60 homens e 30 mulheres cujas capacidades intelectuais eram reconhecidas na época e não observou correlação estatística entre volume craniano e inteligência. Entretanto, suas publicações sobre raça não eram diferentes de seus contemporâneos. Manouvrier também questionou a superioridade intelectual dos homens em detrimento das mulheres, demonstrando que apesar de a capacidade craniana masculina ser maior, proporcionalmente ao tamanho corporal, o volume craniano das mulheres é maior. Porém, tanto Manouvrier quanto Montessori e Lee continuaram defendendo a superioridade europeia baseada nas mesmas características que esses elas/ele concluíram que não justificava a superioridade masculina.

Com a ascensão dos movimentos fascistas, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, as teorias da hierarquia racial e a perseguição de indivíduos considerados “inferiores” ocuparam um lugar importante na política nazista. As perseguições não foram apenas antisemitas, mas também dirigidas contra homossexuais, transexuais e pessoas com deficiência. A propaganda nazista defendia os valores patriarcais da família e o papel atribuído principalmente às mulheres era de ter filhos e garantir o bom funcionamento do lar (Beauvoir, 1949; Millett, 1970).

2.3. Trabalhos contra a ordem social

Ao mesmo tempo, surgiram movimentos de oposição a esta ordem social. Entre 1880 e 1920, durante a primeira onda feminista, sufragistas lutaram pelos seus direitos de participar nas decisões políticas, de estudar e de trabalhar (Gilchrist, 1999; Taylor, 1998). Durante a revolução industrial, as mulheres começaram a participar no trabalho produtivo e adquiriram as bases econômicas para que as suas exigências ultrapassassem o domínio

teórico (Beauvoir, 1949). No entanto, este movimento se manteve essencialmente centrado na questão do direito de voto, e a ausência de críticas mais profundas ao patriarcado ou de propostas de mudanças na estrutura social contribuiu para o seu enfraquecimento, uma vez obtido o direito de voto (Millett, 1970). Apesar das conquistas desta primeira onda feminista, os preconceitos e a hostilidade em relação aos direitos das mulheres persistiram, e as mulheres foram mantidas na sua condição de dependência e inferioridade social (Friedan, 1963).

No ponto de vista acadêmico, as mulheres desempenharam um papel importante na desconstrução de conceitos pseudocientíficos racistas (Lieberman, 1997), um processo que continuou na década de 1980. Lieberman (1997) descreve trabalhos realizados nessa temática, no início do século XX, nos Estados Unidos, onde muitas mulheres antropólogas, como Ruth Benedict, Ruth Bunzel, Caroline Bond Day, Ella Cara Deloria, Ellen Irene Diggs, Katherine Dunham, May Edell, Dorothy Keur, Ruth Landes, Nancy Oestreich Lurie, Margaret Mead, Hortense Powdermaker, Gitel Poznanski Steed, Gladys Reichard e Gene Weltfish trabalharam com minorias. Segundo Lieberman, grande parte deste trabalho foi apoiado por Franz Boas, da Universidade da Colômbia.

Boas (1912, 1928) estudou a plasticidade biológica, ou seja, como o ambiente influenciava as variações na estatura e na morfologia craniana em uma população de crianças filhas de imigrantes europeus, nascidas e criadas nos Estados Unidos. Ambos as mães e os pais nasceram e foram criados na Europa; e suas crianças apresentavam características corporais diferentes. Boas desafiou as ideias eugênicas de uma raça superior, ou da herdabilidade de características de excelência ou “criminalidade”, e preferiu basear sua pesquisa em dados empíricos: “If we were to select the most intelligent, imaginative, energetic and emotionally stable third of mankind, all races would be represented” (Boas, 1928, p. 79). O antropólogo também reconheceu a igualdade entre mulheres e homens e a influência cultural nas normas de gênero:

The cultural values produced by woman in primitive society make us doubt the existence of any fundamental difference in creative power between the sexes. We rather suspect that the imponderable differences in the treatment of young children, the different attitudes of father and mother to son or daughter, the differentiation of the status of man and woman inherent in our cultural tradition, outweigh any actual differences that may exist. In other words, the creative power and independence of man and of woman seem to me largely independent of the physiologically determined differences in interests and character. The danger in the modern desire of woman for freedom lies in the intentional suppression of the functions connected with child-bearing that might hinder free activity. Society will always need a sufficient number of women who will bear children and of those who are willing to devote themselves lovingly to their upbringing. (Boas, 1928, pp. 234-235)

No entanto, mesmo que aceitasse o princípio da igualdade intelectual entre os sexos, considerava a liberdade feminina um perigo, afirmando que muito poucas mulheres concordariam em sacrificar a sua liberdade em detrimento das exigências da maternidade. Sugeriu assim que algumas mulheres aceitassem este sacrifício, sem discutir outras possíveis soluções para a questão.

No Brasil, influenciado por Boas, Gilberto Freyre (2003) (original publicado em 1933) era um reconhecido opositor as ideias eugênicas da época:

Foi o estudo de antropologia sob a orientação do professor Boas que primeiro me revelou o negro e o mulato no seu justo valor - separados dos traços de raça os efeitos do ambiente ou da experiência cultural. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferenciação entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (2003, p. 32).

Freyre também discutiu o impacto da miscigenação brasileira para as mulheres negras e nativas:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações de ‘superiores’ com ‘inferiores’ e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade de muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias (2003, p. 32).

3. Séculos XX e XXI

3.1. Antropologia biológica

Em meados do século XX, sob a influência dos progressos da biologia e graças à integração de novas análises bioquímicas agora possíveis, as temáticas da disciplina mudaram, assim como seu nome, e passou a ser conhecida como antropologia biológica. Esta mudança não foi cronologicamente ou geograficamente homogênea, mas alguns autores consideram que os objetivos da pesquisa começaram a mudar na segunda metade do século XX (Armêlagos, 2003, p. 200; Chamla, 1981; Márquez-Grant et al., 2016; Santos, 2011). A problemática da disciplina se expandiu, não se limitando apenas a classificação das “raças”, por exemplo, questões sobre evolução, saúde e patologias foram integradas nas pesquisas (El-Najjar et al., 1978; Goodman et al., 1984; Nickens, 1976; Schoeninger, 1979; Stuart-Macadam, 1987; Van Valen, 1962).

Simultaneamente a estes avanços na ciência, a segunda onda do feminismo ocorreu na década de 1960, quando foram discutidas questões sobre o patriarcado e as relações de poder, a sexualidade e a reprodução. Nesse período, em alguns países, o pensamento feminista também começou a influenciar a investigação acadêmica: foi o início dos estudos de gênero (Sørensen, 2000). As pesquisadoras da época começaram a questionar a desigualdade de gênero e o androcentrismo na Ciência e na construção do conhecimento, e denunciaram a utilização da Ciência para fins sexistas, racistas e homofóbicos (Conkey & Spector, 1984; Friedan, 1963; Millett, 1970). De acordo com o contexto histórico particular de cada país, os estudos de gênero foram inseridos em momentos diferentes, em Portugal, por exemplo, foi na década de 1970 (Amâncio, 2003).

3.1.1. O passado das mulheres, as mulheres no passado

A partir da influência das ideais feministas na academia, buscou-se a melhor compreender as mulheres, seja do ponto de vista biológico, histórico ou social. As mulheres apresentam, de fato, características diferentes das de outros grupos que sofrem geralmente discriminação, seja por causa da sua religião, etnia ou classe social; isso se deve ao vínculo diferenciado que existe entre mulheres e homens: “elle est l’autre au cœur d’une totalité dont les deux termes sont nécessaires à l’un et à l’autre” (Beauvoir, 1949, p. 22). Assim, as mulheres não têm uma comunidade particular: vivem entre os homens e também não têm passado nem história própria (Beauvoir, 1949). Na verdade, o papel ativo das mulheres no passado foi por vezes subestimado ou mesmo não levado em conta na investigação arqueológica. Mesmo que esta questão tenha sido discutida por Beauvoir em 1949, foi nas décadas de 1970 e 1980 quando foram realizados os primeiros trabalhos sobre as mulheres no passado. Buscou-se tornar as mulheres visíveis, seja nas populações do passado, nos museus ou mesmo na profissão arqueológica (Conkey & Spector, 1984; Dommasnes, 1992; Gilchrist, 1999; Sørensen, 2000). Na Europa, os trabalhos pioneiros de Dommasnes e Sørensen (Dommasnes, 1992, 2010, 2024; Dommasnes & Montón-Subías, 2012; Sørensen, 1988, 2000, 2014b) concentraram-se em temáticas sobre a interpretação tendenciosa do papel das mulheres em sociedades passadas, a participação feminina na construção do conhecimento arqueológico e as transformações da disciplina desde o início da integração das teorias feministas na pesquisa. Nos Estados Unidos, um dos primeiros estudos sobre as relações de poder entre os gêneros na arqueologia foi publicado por Margareth Conkey e Janet Spector em 1984. Neste trabalho, as autoras criticam o androcentrismo na arqueologia, avaliam o estado da arte dos estudos de gênero nas ciências sociais e apresentam possíveis caminhos de pesquisa para estudos de gênero em arqueologia. Gilchrist (1999) dedicou um livro à arqueologia de gênero, onde traça a história da abordagem de gênero e analisa estudos neste campo. Do lado da antropologia biológica, na França, Peyre e Wiels (Peyre & Wiels, 1997, 2015, 2016) destacaram o sexismo e a baixa participação das mulheres nas ciências e discutiram as questões relacionadas com a classificação do sexo biológico, seja do ponto de vista da biologia ou da antropologia biológica.

3.2. Bioarqueologia

O termo bioarqueologia começou a ser utilizado para designar o estudo de restos humanos provenientes de contextos arqueológicos (Agarwal, 2016; Armelagos, 2003; Martin et al., 2013), numa abordagem que integra outros tipos de análise ao trabalho antropológico, conforme mencionado no início do artigo. Ao mesmo tempo, a arqueologia pós-processual começa a incluir diferentes pontos de vista na investigação, ou seja, a considerar as ideias e pensamentos dos oprimidos, cujas histórias são muitas vezes contadas de forma estereotipada. As/Os arqueólogas/os integraram assim em seu trabalho os povos originários, as comunidades negras, as questões de gênero ligadas às mulheres e às comunidades LGBTQI.

Em relação ao lugar da mulher no passado, a discussão científica evoluiu. O principal objetivo dos estudos de gênero é compreender como as sociedades são construídas, através da relação de poder entre os gêneros, que as caracteriza e estrutura. Estas relações de gênero são variáveis e evolutivas, para melhor compreender o gênero no passado devemos rejeitar os papéis de gênero estabelecidos ao longo dos últimos séculos, para dessa forma obtermos uma compreensão totalmente nova da cultura e da história (Sørensen, 2000). Assim, estas mudanças de paradigma permitem reconhecer uma sub-representação e a deturpação das mulheres nas interpretações dos contextos arqueológicos, e a permanência do sexismo na profissão, ainda presente no século XXI, como demonstrado nos parágrafos seguintes.

Granados e Marquez (Granados Vázquez & Marquez, 2017) mostraram que vários túmulos do sítio arqueológico de Monte Alban (Oaxaca, México) eram considerados masculinos, principalmente os mais ricamente ornamentados, porque a sociedade zapoteca é vista como patriarcal pelas arqueólogas e arqueólogos que a estudavam. Por outro lado, segundo as análises antropológicas realizadas por Granados e Márquez, estes túmulos também contêm esqueletos femininos que, em alguns sepultamentos, representam a maioria dos esqueletos enterrados.

O túmulo da guerreira viking, descoberto na Suécia (Hedenstierna-Jonson et al., 2017) é outro exemplo. Kjellström (2016) classificou este indivíduo como feminino, com base na sua morfologia óssea; determinação que não foi aceita por colegas, simplesmente porque o túmulo era ricamente decorado e possuía materiais bélicos. Hedenstierna-Jonson e colegas (2017) explicam que embora as mulheres vikings tenham sido enterradas com armas, uma guerreira com um túmulo tão rico não havia sido encontrada anteriormente. O sexo feminino deste esqueleto foi confirmado por análise de DNA no ano seguinte (Hedenstierna-Jonson et al., 2017).

A função de escriba, na Idade Média, era atribuída principalmente aos monges, e não às freiras; no entanto, o trabalho realizado por Radini et al. (2019) fornece evidências que comprovam que as mulheres também participaram da produção dos livros. Partículas de lápis-lazúli, pigmento usado para decorar livros, foram identificadas na placa dentária de uma freira sepultada em Dalheim (Alemanha), numa igreja cuja datação é do século IX ao XIV: “the early use of this pigment by a religious woman challenges widespread assumptions about its limited availability in medieval Europe and the gendered production of illuminated texts” (Radini et al., 2019, p. 1).

4. O gênero e a religião como elementos da análise interseccional em Bioarqueologia

Para melhor incorporar os novos objetivos da bioarqueologia nas nossas pesquisas, precisamos adotar ferramentas metodológicas adaptadas. Batista-Goulart e Séguy (2024) propõem um modelo metodológico para a análise interseccional em bioarqueologia, onde não são empregados rótulos preestabelecidos, como sexo ou idade, por exemplo. Nesse trabalho as autoras analisaram diferenças alimentares entre os gêneros, considerando uma amostra de esqueletos enterrados num cemitério merovingiano, na França (séculos VI a XVIII). A técnica empregada para a verificação de diferenças alimentares foi a microestriação dentária, que permite identificar regimes alimentares diferentes.

Primeiramente elas consideraram apenas os dados brutos, no caso do exemplo apresentado, microestriações dentárias. Em seguida realizaram uma classificação hierárquica ascendente, modelo estatístico classificou que os indivíduos em grupos a partir de similaridades nos padrões alimentares. Em uma etapa seguinte, elas avaliaram se a divisão dos indivíduos entre os grupos é discriminante de acordo com o sexo biológico. Elas concluíram, nesse trabalho, que o sexo influenciou a alimentação da população estudada, entretanto, como resultado, não obtiveram uma classificação binária. Como a primeira classificação foi obtida a partir de diferenças alimentares, e o sexo biológico só foi incluído na análise num segundo momento, pudemos observar uma influência não-binária do gênero. O que é explicado pela interseccionalidade, uma vez que outros elementos também influenciam as condições de vida, e indivíduos do mesmo gênero não necessariamente apresentam os mesmos padrões. Esta metodologia, análise de uma variável qualquer, sem considerar em um primeiro momento o sexo biológico, pode ser aplicada em outros trabalhos, e nos permite transpor as barreiras do sexo biológico binário, imposto pelos métodos de estimação do sexo³ a partir da observação do esqueleto. Desta forma nossas análises não se limitarão a uma comparação homens x mulheres. Por mais que essas comparações sejam úteis para analisar tendências gerais, elas não possibilitam avaliar a interseccionalidade do gênero.

Numa análise interseccional, a religião e o gênero são dois elementos que podem moldar o corpo de forma direta ou indireta. Podemos citar as práticas religiosas e/ou ligadas a um gênero que vão influenciar diretamente, de forma positiva ou negativa, o corpo de um indivíduo, como por exemplo, o consumo ou a proibição de comer certo tipo de alimento. Essa influência também pode ser de forma indireta, através de preconceitos sofridos por pertencer a certa religião, por pertencer a um gênero, ou por não se seguir as normas de gênero impostas pela sociedade. Isso pode dificultar o acesso a recursos fundamentais para a sobrevivência e também expõe as pessoas a diversas formas de

³ Não abordaremos nesse artigo os problemas relativos aos métodos de estimação do sexo, a partir da análise macroscópica. Esses métodos (Brůžek et al., 2017; Buikstra & Ubelaker, 1994) nos permitem classificar os esqueletos em homens, homens prováveis, mulheres, mulheres prováveis e indeterminados. Essa classificação é baseada na observação do esqueleto, independentemente dos papéis de gênero assumidos por cada indivíduo. Um esqueleto de sexo indeterminado não deve ser considerado um indivíduo intersexual, uma vez que não conhecemos os processos de desenvolvimento ósseo dos mesmos e sua manifestação na anatomia óssea ligada ao sexo biológico. A impossibilidade de estimar o sexo biológico de um indivíduo pode estar ligado a uma anatomia intermediária entre o considerado feminino e o masculino ou simplesmente à conservação do material, ou seja, no caso de ossos ou esqueletos fragmentados. Brůžek e co-autora/es (2017) argumentam que o sexo pode ser estimado em 90% das observações quando a pelvis está bem conservada, seguindo a técnica proposta nessa publicação; em casos de pior conservação, esse número pode cair para 42% das observações. Em princípio, a proporção de indivíduos de sexo feminino e masculino deve seguir a proporção de indivíduos enterrados no sítio arqueológico estudado. Porém, para descartar um possível viés metodológico, é importante usar uma técnica de observação cuja coleção de referência tenha um equilíbrio entre homens e mulheres. Desta forma a chance de um dos sexos estar mal representada na coleção de referência e suas características morfológicas mal-observadas é menor. Eliminadas as possíveis influências metodológicas, a proporção de homens e mulheres no sítio vai seguir padrões culturais, e não mais biológicos, por exemplo: em cemitérios de mosteiros ou conventos, deve-se encontrar uma proporção maior de um dos sexos, enquanto um cemitério de uma cidade, em tempos normais (excluí-se guerras, epidemias, etc), deve ter uma proporção mais equilibrada de homens, mulheres e imaturos (a estimação do sexo de imaturos, baseada na morfologia óssea, ainda é um desafio para a antropologia).

violências cometidas contra uma pessoa ou contra um grupo. Isso, sem dúvida, soma-se a outros fatores da identidade social: como a origem geográfica, profissão ou posição social. Considerando esses argumentos, são poucos os trabalhos em bioarqueologia que exploram como esses fatores impactam o bem-estar de indivíduos em sociedades do passado, discutimos alguns trabalhos e as abordagens mais frequentes nessa seção.

MacRoberts et al. (2024) estudaram as características alimentares e de mobilidade de uma amostra de esqueletos enterrados com rituais funerários islâmicos, na cidade de Santarém (Portugal, séculos XVIII a XX), nessa pesquisa é observada uma uniformidade entre a dieta masculina e feminina. Entretanto, não é discutida a possibilidade dessa uniformidade ter sido influenciada pelo fato de ser uma população migrante, de minoria religiosa e durante um período de guerras. Seria interessante se tivessem comparado esse resultado com outros trabalhos que possivelmente tenham estudado os padrões alimentares de outros grupos locais (região de Santarém), ou de outros grupos enterrados com práticas funerárias muçulmanas durante o período estudado (na Europa ou na África).

Em uma série de trabalhos sobre a ocupação muçulmana na cidade de Écija (Espanha, séculos IX a XVI), Inskip et al. (Inskip, 2013, 2016; Inskip et al., 2019) observaram diferenças entre atividades físicas entre os sexos, após a ocupação, e que não houve variações alimentares entre homens e mulheres no período analisado. Entretanto, o período de ocupação do cemitério islâmico é longo, 400 anos, o que pode influenciar o resultado, assim como outros elementos da identidade cultural de cada indivíduo. Desta forma, indivíduos classificados no mesmo grupo, por exemplo de acordo com a faixa etária ou o sexo, não apresentam necessariamente um estado de saúde homogêneo e podem não ter sido submetidos às mesmas condições de vida.

Outras/os autoras/es (Kacki, 2017; Polet, 2016; Ubelaker & Pap, 2009) comparam grupos com base em critérios preestabelecidos, como, por exemplo, segundo sexo, idade, localização num sítio arqueológico ou período histórico. Esta abordagem permite observar tendências gerais, como mudanças nas condições de vida ao longo do tempo, ou diferenças no estado de saúde entre mulheres e homens, por exemplo. No entanto, esta abordagem limita certas análises, particularmente no que diz respeito à interseccionalidade.

Numa outra abordagem, algumas/ns autoras/es (Ambrose et al., 2003; Vercellotti et al., 2011, p. 2) levaram em conta os status sociais, estabelecidos a partir de dados arqueológicos, como o mobiliário funerário, ou observam as diferenças entre indivíduos enterrados em cemitérios urbanos ou rurais (Agarwal, 2012). Assim, não só analisam variações entre sexos ou faixas etárias, mas também observam diferenças entre indivíduos do mesmo sexo, mas pertencentes a classes sociais diferentes, ou a diferentes localidades. Porém, em alguns casos não é possível seguir esta abordagem, porque nem sempre é possível inferir o status social a partir do registro arqueológico, como no caso de práticas religiosas sem diferenciação social ou no caso de sepulturas de catástrofes, quando os mortos são enterrados sem que os rituais funerários habituais da região e do período histórico sejam praticados, devido à urgência do sepultamento (Batista-Goulart, 2021; MacRoberts et al., 2024).

Em um trabalho sobre a sociedade maia, White (2005) compara as dietas de mulheres e homens em diferentes períodos dessa civilização (Belize, 1250 a.C.–250 a.C. e 1520–1670 d.C.), utilizando análise isotópica. Ela observa que homens e mulheres alimentavam-se de forma diferente na maioria do período analisado. Por exemplo, os homens consumiram mais carne, mas as proteínas absorvidas pelas mulheres eram de naturezas diferentes e mais variadas. White atribui essas diferenças dietéticas aos papéis femininos e masculinos na coleta, produção e preparação de alimentos, bem como à participação diferente em rituais religiosos. Essas diferenças, segundo a autora, são mais marcantes no interior das elites do que nas classes sociais mais pobres. Ela observou também, que no último período analisado a chegada dos espanhóis influenciou os rituais funerários e o padrão de consumo de alimentos, entretanto, não se sabe exatamente como foi esse processo de mudança. Em um outro artigo, Graham et al. (2013) analisam as mudanças vistas como religiosas na sociedade maia durante o período de contato. Durante esse período não houve apenas a tentativa de conversão para um novo sistema de crenças e rituais, mas essa mudança foi conjunta com outras de natureza econômica e social, o que forçou a população a adotar novos padrões diferentes do modo de vida tradicional, aumentando a desigualdade social e empobrecendo a dieta (Cuéllar, 2013).

Rebay-Salisbury e sua equipe (Cintas-Peña et al., 2023; Pany-Kucera et al., 2022; Rebay-Salisbury, 2017; Rebay-Salisbury et al., 2022) trabalham com questões ligadas à maternidade, rituais funerários e relação entre os gêneros durante a Era do Bronze na Europa. Esse período apresentava uma estratigrafia social marcada, que pode ser constatada através do estudo de rituais funerários e de diferenças entre as condições de vida de grupos de indivíduos. Foram observadas práticas funerárias diferentes de acordo com o gênero e a idade, sendo que indivíduos de sexo feminino, a partir de 14 anos e jovens adultas tinham as tumbas mais ornamentadas do que mulheres mais velhas (Rebay-Salisbury, 2017). Também observou-se uma diferenciação no ritual funerário de acordo com o gênero desde a infância⁴ (Rebay-Salisbury et al., 2022). Em outro trabalho do mesmo grupo de pesquisa (Pany-Kucera et al., 2020), identificou-se diferenças de marcadores de condições de vida entre os sexos e entre grupos de tipo de sepultamento diferente: onde as mulheres e indivíduos sepultados em tumbas mais simples apresentavam um quadro mais debilitado. No caso desses trabalhos, os rituais funerários foram interpretados como um elemento que traduz as relações de poder e o status social das pessoas nas sociedades estudadas. Conforme foi demonstrado, o acesso a recursos e a exposição à violência não é uniforme entre os diferentes grupos observados.

5. Conclusões

Houve muitas mudanças nos estudos de esqueletos humanos desde o século XIX, quando muitas vezes a pesquisa científica foi usada para justificar práticas coloniais e

⁴ No caso de indivíduos imaturos mesmo que a morfologia óssea não permita o diagnóstico sexual, essa informação pode ser obtida a partir de análises microscópicas, onde o sexo é estimado à partir do cromossomo sexual. Mesmo que mais precisa do que a observação macroscópica, a observação microscópica nem sempre é possível de ser realizada, devido à falta de recursos financeiros e/ou de equipamentos.

escravocatas, assim como ideias racistas e misóginas. Durante esse período procurou-se normalizar e dar um (falso) embasamento científico às desigualdades sociais baseadas na origem geográfica e/ou no gênero. Nesse contexto, diferenças religiosas e/ou culturais eram usadas para reforçar preconceitos, e os métodos científicos empregados, eram questionáveis.

Porém, apesar das mudanças pelas quais a sociedade passou desde o século XIX, as desigualdades não terminaram quando foi decretado o fim da escravização, e persistem até hoje. Esse fato é facilmente verificado ao consultarmos qualquer estudo sobre desigualdade social. Pegando como exemplo o Brasil, no ano de 2023 dentre as vítimas de assassinato em intervenções policiais, 99,3% são homens, 6,9% tinham entre 0 e 17 anos e 82,7% eram negros; 63,6% de vítimas de feminicídio eram negras; 88,2% das vítimas de estupro eram meninas e mulheres, sendo que 11,1% tinham entre 0 e 4 anos, 18% entre 5 e 9 anos, 32% entre 10 e 13 anos e 16% entre 14 e 17 anos (ou seja, 71,1% eram menores de 18 anos), segundo os dados disponíveis, a maioria era negra, mas não se sabe a taxa exata, devido ao grande número de dados não preenchidos (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024). Segundo o Censo brasileiro de 2022, a taxa de alfabetização da população indígena (76,6%) é menor do que a taxa nacional (93%) (Belandi, 2024); 17,3% de domicílios permanentes⁵, com, pelo menos, um habitante indígena não tinha acesso à água encanada, tratamento de esgoto e coleta de lixo, contra 2,5% da taxa nacional (Cabral, 2024), e as pessoas pretas ou pardas representam 70% da população pobre ou extremamente pobre (Gomes, 2023). Na ocasião da redação desse artigo não achamos dados completos sobre crimes de intolerância religiosa no Brasil, então não podemos discutir como a religião interage com outros elementos da identidade social. Porém, com os dados disponíveis observamos que etnia, gênero, classe social e idade interagem na exposição à violência e acesso a recursos.

Entretanto, mesmo que as desigualdades ainda persistam na nossa sociedade, diversos grupos trabalham para denunciar e mudar esse cenário. No caso da pesquisa científica, a maior participação na construção do conhecimento de grupos que sofrem preconceito foi fundamental para fomentar certas mudanças de paradigmas na ciência. No caso das disciplinas que estudam o passado, essas mudanças tinham como objetivo preencher certas lacunas e de corrigir vieses na história da humanidade, que se formaram porque, as narrativas mostravam apenas o ponto de vista daqueles que, até então, produziam o conhecimento. Desta forma, principalmente devido as reflexões que o conceito do interccionalismo trouxe às pesquisas, as histórias de grupos que eram considerados como “os outros”, começaram a ser recontadas. Esse trabalho coletivo de construir uma disciplina mais inclusiva, está apenas no começo, e já mostra ótimos resultados, como apresentados na seção 3.2. É importante também procurarmos ferramentas metodológicas e técnicas adaptadas aos nossos objetivos, para transpormos os desafios atuais da pesquisa em bioarqueologia, como por exemplo, para uma análise não-binária do gênero (ver seção 4) e a compreensão de como se formam os ossos de indivíduos intersexuais (do ponto de vista da morfologia sexual).

⁵ Foram excluídas da análise domicílios tradicionais, como malocas.

As práticas culturais ligadas ao gênero e à religião, assim como outros elementos da identidade de um indivíduo influenciaram o desenvolvimento dos corpos no passado e influenciam no presente. Através da bioarqueologia podemos observar e resgatar as experiências vividas por grupos de indivíduos no passado, como por exemplo, analisando os padrões de divisão de recursos durante uma crise, ou como práticas culturais ligadas ao gênero e à religião influenciaram positivamente ou negativamente os corpos (sendo no caso de rituais praticados, ou no caso de preconceitos sofridos). Porém, visto que nos dias atuais os preconceitos persistem, através do nosso trabalho, podemos dar uma contribuição, mesmo que pequena, ao contestar a normalização das desigualdades sociais e mostrar suas origens e suas consequências.

Referências

- Agarwal, S. C. (2012). The past of sex, gender, and health: Bioarchaeology of the aging skeleton *American Anthropologist*, 114(2), 322–335. <https://doi.org/10.1111/j.1548-1433.2012.01428.x>
- Agarwal, S. C. (2016). Bone morphologies and histories: Life course approaches in bioarchaeology. *American Journal of Physical Anthropology*, 159, S130–S149. <https://doi.org/10.1002/ajpa.22905>
- Amâncio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38(168), 687–714. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2003168.01>
- Ambrose, S. H., Buikstra, J., & Krueger, H. W. (2003). Status and gender differences in diet at Mound 72, Cahokia, revealed by isotopic analysis of bone. *Journal of Anthropological Archaeology*, 22(3), 217–226. [https://doi.org/10.1016/S0278-4165\(03\)00036-9](https://doi.org/10.1016/S0278-4165(03)00036-9)
- Armélagos, G. J. (2003). Bioarchaeology as anthropology. *Archeological Papers of the American Anthropological Association*, 13(1), 27–40. <https://doi.org/10.1525/ap3a.2003.13.1.27>
- Bairros, L. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458–463. <https://doi.org/10.1590/%x>.
- Batista-Goulart, L. (2021). L’impact biologique et social des catastrophes: Bioarchéologie des victimes de peste à Martigues (XVIIIe siècle, Bouches-du-Rhône). Université Côte D’Azur.
- Batista-Goulart, L., & Séguy, I. (2024). Food consumption of females and males from the archaeological site of Larina: Le Mollard – An Exploratory study (France, Sixth to Eighth Centuries). In N. Palincas & A. C. Martins (Eds.), *Gender and change in archaeology* (pp. 303–321). Springer Nature.
- Batista-Goulart, L., Séguy, I., Tzortzis, S., & Quatrehomme, G. (2023a). Stress et résilience: État sanitaire des enfants victimes de la peste de 1720 (Martigues, Bouches-du-Rhône). *Bulletins et Mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris*, 35(1). <https://doi.org/10.4000/bmsap.11719>
- Batista-Goulart, L., Séguy, I., Tzortzis, S., & Quatrehomme, G. (2023b). The effect of living conditions on the stature of men and women: The case of south-eastern France (18th, 19th and 20th centuries). *Bulletins et Mémoires de la Société d’Anthropologie de Paris*, 35(2). <https://doi.org/10.4000/bmsap.12214>
- Beauvoir, S. (1949). *Le deuxième sexe — Tome I*. Gallimard.
- Belandi, C. (2024). Censo 2022: Alfabetização sobe entre indígenas, mas segue menor que a média nacional. *Agência de Notícias - IBGE*.

- <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41481-censo-2022-alfabetizacao-sobe-entre-indigenas-mas-segue-menor-que-a-media-nacional>
- Bernos, M. (2004). La condition féminine dans l'ancienne France. In M. Bernos & M. Bitton (Eds.), *Femmes Familles Filiations* (pp. 31–40). *Presses universitaires de Provence*. <https://doi.org/10.4000/books.pup.6951>
- Bilge, S. (2009). Théorisations féministes de l'intersectionnalité. *Diogène*, 225(1), 70. <https://doi.org/10.3917/dio.225.0070>
- Boas, F. (1912). Changes in the bodily form of descendants of immigrants. *American Anthropologist*, 14(3), 530–562. <https://doi.org/10.1126/science.35.908.821>
- Boas, F. (1928). *Anthropology and modern life*. Norton & Company.
- Bouille, P. H. (2002). La construction du concept de race dans la France d'ancien régime. *Outre-mers*, 89(336), 155–175. <https://doi.org/10.3406/outre.2002.3987>
- Brůžek, J., Santos, F., Dutailly, B., Murail, P., & Cunha, E. (2017). Validation and reliability of the sex estimation of the human os coxae using freely available DSP2 software for bioarchaeology and forensic anthropology. *American Journal of Physical Anthropology*, 164(2), 440–449. <https://doi.org/10.1002/ajpa.23282>
- Buikstra, J.E. & Beck, L.A. (2006). *Bioarchaeology: The contextual analysis of human remains*. Academic Press.
- Buikstra, J. E., & Ubelaker, D. H. (1994). Standards for data collection from human skeletal remains. In *Proceedings of a Seminar at the Field Museum of Natural History. Arkansas Archeological Survey*, 44, 272. <https://doi.org/10.1002/ajhb.1310070519>
- Cabral, U. (2024). Mais de um milhão de indígenas vivem em condições de precariedade de saneamento. *Agência de Notícias - IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41482-mais-de-um-milhao-de-indigenas-vivem-em-condicoes-de-precariedade-de-saneamento>
- Carvalho, C. C. (2017). O sermão de Vieira aos escravos de um engenho da região da Plataforma do Recôncavo Baiano: dinamismo retórico e construção de argumentos persuasivos. *Mnemosine*, 13(2), 279-290.
- Caspari, R. (2018). Race, then and now: 1918 revisited. *American Journal of Physical Anthropology*, 165(4), 924–938. <https://doi.org/10.1002/ajpa.23417>
- Cevins, M. M. D. (2010). Chapitre XL. Une église misogyne? In M. M. D. Cevins & J. M. Matz (Eds.), *Structures et dynamiques religieuses dans les sociétés de l'Occident latin (1179–1449)* (pp. 497–510). *Presses Universitaires de Rennes*. <https://doi.org/10.4000/books.pur.131415>
- Chamla, M. C. (1981). Le point de la question: L'anthropologie biologique aujourd'hui. *Bulletin de L'Association Française des Anthropologues*, 6(1), 41–44. <https://doi.org/10.3406/jda.1981.1010>
- Cintas-Peña, M., Luciañez-Triviño, M., Montero Artús, R., Bileck, A., Bortel, P., Kanz, F., Rebay-Salisbury, K., & García Sanjuán, L. (2023). Amelogenin peptide analyses reveal female leadership in copper age iberia (c. 2900–2650 BC). *Scientific Reports*, 13(1), 95–94. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-36368-x>
- Conkey, M., & Spector, J. (1984). Archaeology and the study of gender. In M. B. Schiffer (Ed.), *Advances in Archaeological Method and Theory* (Vol. 7, pp. 1–38). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-12-003109-2.50006-4>
- Cook, D. C. (2006). The old physical anthropology and the new world: A look at the accomplishments of an antiquated paradigm. In J. E. Buikstra & L. A. Beck (Eds.), *Bioarchaeology* (pp. 49–94). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315432939-11>

- Cuéllar, A. M. (2013). The archaeology of food and social inequality in the Andes. *Journal of Archaeological Research*, 21(2), 123–174. <https://doi.org/10.1007/s10814-012-9061-x>
- Dommasnes, L. H. (1992). Two decades of women in prehistory and in archaeology in Norway. A review. *Norwegian Archaeological Review*, 25(1), 1–14. <https://doi.org/10.1080/00293652.1992.9965541>
- Dommasnes, L. H. (2010). Situating standpoints: A gendered approach to Norwegian research History. In L. H. Dommasnes, T. Hjørungdal, S. Montón-Subías, M. Sánchez Romero, & N. L. Wicker (Eds.), *Situating gender in European archaeologies* (pp. 51-65). Archeolingua.
- Dommasnes, L. H. (2024). Sex and gender: Watch your language! A view from the North. In N. Palıncaş & A. C. Martins (Eds.), *Gender and change in archaeology: Interdisciplinary contributions to archaeology* (pp. 15–30). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-52155-3_2
- Dommasnes, L. H., & Montón-Subías, S. (2012). European gender archaeologies in historical perspective. *European Journal of Archaeology*, 15(3), 367–391. <https://doi.org/10.1179/1461957112y.0000000016>
- Dubesset, M. (2008). Femmes et religions, entre soumission et espace pour s’exprimer et agir, un regard d’historienne. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 1–10. <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.34383>
- Elliott, J. H. (2006). *Empires of the Atlantic world: Britain and Spain in America, 1492-1830*. Yale University Press.
- El-Najjar, M. Y., DeSanti, M. V., & Ozebek, L. (1978). Prevalence and possible etiology of dental enamel hypoplasia. *American Journal of Physical Anthropology*, 48, 185–192.
- Fawcett, C. D., & Lee, A. (1902). A second study of the variation and correlation of the human skull, with special reference to the Naqada Crania. *Biometrika*, 1(4), 408–467. <https://doi.org/10.2307/2331629>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2024). *18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>
- Freyre, G. (2003). *Casa grande & senzala* (48.ª ed.). Global.
- Friedan, B. (1963). *The feminine mystique*. Penguin.
- Fries, J. E. (2024). Always the same old stories? The representation of prehistoric women and men in scientific communication, popular culture and the media. In N. Palıncaş, & A. C. Martins (Eds.), *Gender and Change in Archaeology: European Studies on the Impact of Gender Research on Archaeology and Wider Society* (pp. 343–365). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-52155-3_17
- Geber, J., & Murphy, E. (2012). Scurvy in the great Irish famine: Evidence of vitamin C deficiency from a mid-19th century skeletal population. *American Journal of Physical Anthropology*, 148(4), 512–524. <https://doi.org/10.1002/ajpa.22066>
- Gilchrist, R. (1999). *Gender and archaeology: Contesting the past*. Routledge. <https://doi.org/10.2307/3557128>
- Gomes, I. (2023, 12 dezembro). Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. *Agência de Notícias - IBGE*. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>
- Goodman, A. H., Martin, D. L., Armelagos, G. J., & Clark, G. (1984). Indications of stress from bones and teeth. In *Paleopathology at the origins of agriculture* (pp. 13–49). University Press of Florida.
- Commission de vérité et réconciliation du Canada. (2002, 1 juillet). *Honorer la vérité, réconcilier pour l’avenir: Sommaire du rapport final de la commission de vérité et réconciliation du*

- Canada.(IR4-7/2015F-PDF).Government of Canada Publications <https://publications.gc.ca/site/eng/9.814357/publication.html>
- Gowland, R. L., Caffell, A. C., Quade, L., Levene, A., Id, R. M., Holst, M., Yapp, P., Delaney, S., Brown, C., Nowell, G., Mcpherson, C., Shaw, H. A., Stewart, N. A., Robinson, S., Montgomery, J., & Alexander, M. M. (2023). The expendables: Bioarchaeological evidence for pauper apprentices in 19th-century England and the health consequences of child labour. *PLoS ONE*, *18*(5), e0284970. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0284970>
- Graham, E., Simmons, S. E., & White, C. D. (2013). The Spanish conquest and the Maya collapse: How 'religious' is change? *World Archaeology*, *45*(1), 161–185. <https://doi.org/10.1080/00438243.2013.770962>
- Granados Vázquez, G. G. (2020). *Propuesta de un modelo teórico-metodológico para el estudio de la vulnerabilidad en el pasado. El caso de Monte Albán*. (Tese de doutorado. Escuela Nacional de Antropología Física).
- Granados Vázquez, G. G., & Marquez, L. (2017). Sex vs gender, the problem to interpret funerary context from Monte Albán Tombs (Oaxaca- MX). In L. Batista-Goulart & I. Ségué (Eds.), *Workshop approches genrées des populations du passé: Archéologie. Bioanthropologie. Histoire*.
- Hedenstierna-Jonson, C., Kjellström, A., Zachrisson, T., Krzewińska, M., Sobrado, V., Price, N., Günther, T., Jakobsson, M., Götherström, A., & Storå, J. (2017). A female viking warrior confirmed by genomics. *American Journal of Physical Anthropology*, *164*(4), 853–860. <https://doi.org/10.1002/ajpa.23308>
- Inskip, S. (2013). Islam in Iberia or Iberian Islam: Bioarchaeology and the analysis of emerging Islamic identity in early medieval Iberia. *Post Classics Archaeology*, *3*(3). 63–93.
- Inskip, S. (2016). Life and death in al-Andalus: Funerary archaeology and osteoarchaeology in the analysis of Islamic identity. In J. C. Carvajal López (Ed.), *Al-Andalus: Arqueología, Historia y Memoria (UCL Qatar Series in Archaeology and Cultural Heritage, Vol. 3)*. Akkadia Press.
- Inskip, S., Carroll, G., Waters-Rist, A., & López-Costas, O. (2019). Diet and food strategies in a southern al-Andalusian urban environment during Caliphal period, Écija, Sevilla. *Archaeological and Anthropological Sciences*, *11*(8), 3857–3874. <https://doi.org/10.1007/s12520-018-0694-7>
- Kacki, S. (2017). Influence de l'état sanitaire des populations du passé sur la mortalité en temps de peste: Contribution à la paléopidémologie. *Bulletins et Memoires de la Societe d'Anthropologie de Paris*, *29*(3-4), 202–212. <https://doi.org/10.1007/s13219-017-0189-6>
- Kjellström, A. (2016). People in transition : Life in the Mälaren Valley from an osteological perspective. In *Shetland and the Viking World. Papers from the proceedings of the 17th viking congress 2013* (pp. 197–202). https://www.academia.edu/30959621/People_in_Transition_Life_in_the_Mälaren_Valley_from_an_Osteological_Perspective
- Koepke, N., Floris, J., Pfister, C., Rühli, F. J., & Staub, K. (2018). Ladies first: Female and male adult height in Switzerland, 1770–1930. *Economics and Human Biology*, *29*, 76–87. <https://doi.org/10.1016/j.ehb.2018.02.002>
- Lee, A. (1901). Data for the problem of evolution in man. VI—A first study of the correlation of the human skull. *Proceedings of the Royal Society of London*, *67*. <https://doi.org/10.1098/rspl.1900.0038>
- Lieberman, L. (1997). Gender and the deconstruction of the race concept. *American Anthropologist*, *99*(3), 545–588. <https://doi.org/10.1525/aa.1997.99.3.545>
- MacRoberts, R. A., Liberato, M., Roca-Rada, X., Valente, M. J., Relvado, C., Matos Fernandes, T., Barrocas Dias, C., Llamas, B., Vasconcelos Vilar, H., Schöne, B. R., Ribeiro, S., Santos, J. F., Teixeira, J. C., & Maurer, A.-F. (2024). Shrouded in history : Unveiling the ways of

- life of an early Muslim population in Santarém, Portugal (8th– 10th century AD). *PLoS ONE*, 19(3), e0299958. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0299958>
- Márquez-Grant, N., Webster, H., Truesdell, J., & Fibiger, L. (2016). Physical anthropology and osteoarchaeology in Europe: History, current trends and challenges. *International Journal of Osteoarchaeology*, 26(6), 1078–1088. <https://doi.org/10.1002/oa.2520>
- Martin, D. L., Harrod, R. P., & Perez, V. R. (2013). *Bioarchaeology: An integrated approach to working with human remains*. Springer.
- Millett, K. (1970). *Sexual politics*. Doubleday.
- Montessori, M. (1913). *Pedagogical Anthropology*. Frederick A. Stokes Company.
- Nickens, P. R. (1976). Stature reduction as an adaptive response to food production in Mesoamerica. *Journal of Archaeological Science*, 3(1), 31–41. [https://doi.org/10.1016/0305-4403\(76\)90029-7](https://doi.org/10.1016/0305-4403(76)90029-7)
- Oliveira, A. J. M. de (2007). Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. *Cadernos de Ciências Humanas*, 10(18), 355–387.
- Patou-Mathis, M. (2020). *L'homme préhistorique est aussi une femme*. Allary Editions.
- Pany-Kucera, D., Spannagl-Steiner, M., Desideri, J., & Rebay-Salisbury, K. (2022). Indicators of motherhood? Sacral preauricular extensions and notches in identified skeletal collections. *International Journal of Osteoarchaeology*, 32(1), 64–74. <https://doi.org/10.1002/oa.3044>
- Pany-Kucera, D., Spannagl-Steiner, M., Waltenberger, L., Parson, W., Strobl, C., Rendl, B., Janker, L., Kanz, F., & Rebay-Salisbury, K. (2020). Social Relations, Deprivation and Violence at Schleinbach, Lower Austria. Insights from an Interdisciplinary Analysis of the Early Bronze Age Human Remains. *Archaeologia Austriaca*, 104(2020), 13–52. <https://doi.org/10.1553/archaeologia104s13>
- Peyre, E. (2015). Le squelette a-t-il un sexe ? In E. Peyre & J. Wiels (Eds.), *Mon corps a-t-il un sexe ?* (pp. 105–119). Éditions La Découverte.
- Peyre, E. & Wiels, J. (1997). Le sexe biologique et sa relation au sexe social. *Les Temps modernes*, (593), 14–48. <https://uqam-bib.on.worldcat.org/oclc/1040322331>
- Peyre, E. & Wiels, J. (2015). Mon corps a-t-il un sexe ? Sur le genre, dialogues entre biologies et sciences sociales. *Les nouvelles de l'archéologie*, 140, 56–58. <https://doi.org/10.4000/nda.3036>
- Peyre, E., & Wiels, J. (2016). Quarante ans de recherche sur les femmes, le sexe et le genre. In *Conférence d'Evelyne Peyre et Joëlle Wiels* [Vidéo]. L'Institut Émilie du Châtelet. <https://www.dailymotion.com/video/x51fw1t>
- Polet, C. (2016). *The impact of gender, age, social status and spatial distribution on the ancient Easter Islanders' diet*. In F. Valentin & G. Molle (Eds.), *La pratique de l'espace en Océanie découverte, appropriation et émergence des systèmes sociaux traditionnels spatial*. Actes de la journée de la Société Préhistorique Française (pp. 111–124). Société préhistorique française.
- Prados Torreira, L. (2024). 'It's a Long Way!' The Gender Perspective in Archaeology Museums. In N. Palincaş & A. C. Martins (Eds.), *Gender and Change in Archaeology: European Studies on the Impact of Gender Research on Archaeology and Wider Society* (pp. 325–342). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-031-52155-3_16
- Pucheu, P. (1993). Une innovation de L. Manouvrier dans l'analyse quantitative du cerveau: interpréter le résidu d'une régression. *Mathématiques et sciences humaines*, 122, 21–40.
- Quade, L., & Gowland, R. L. (2021). Height and health in Roman and Post-Roman Gaul, a life course approach. *International Journal of Paleopathology*, 35, 49–60. <https://doi.org/10.1016/j.ijpp.2021.10.001>
- Radini, A., Tromp, M., Beach, A., Tong, E., Speller, C., McCormick, M., Dudgeon, J. V., Collins, M. J., Rühli, F., Kröger, R., & Warinner, C. (2019). Medieval women's early involvement in manuscript production suggested by lapis lazuli identification in dental calculus. *Science Advances*, 5(1), eaau7126. <https://doi.org/10.1126/sciadv.aau7126>

- Rebay-Salisbury, K. (2017). Bronze age beginnings: The conceptualization of motherhood in prehistoric Europe. In D. Cooper & C. Phelan (Eds.), *Motherhood in Antiquity* (pp. 169–196). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-48902-5_9
- Rebay-Salisbury, K., Bortel, P., Janker, L., Bas, M., Pany-Kucera, D., Salisbury, R. B., Gerner, C., & Kanz, F. (2022). Gendered burial practices of early bronze age children align with peptide-based sex identification: A case study from Franzhausen I, Austria. *Journal of Archaeological Science*, 139, 105549. <https://doi.org/10.1016/j.jas.2022.105549>
- Ribeiro, D. (2016). Feminismo negro para um marco civilizatório: Uma perspectiva brasileira. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, 13(24), 99–104.
- Santos, S. B. dos. (2007). Feminismo negro diaspórico. *Revista Gênero*, 8(1), 11–26. <https://doi.org/10.22409/rg.v8i1.157>
- Santos, R. V. (2011). Intelectualmente “impuros e maculados”: Reflexões sobre a formação em antropologia biológica no diálogo com outros campos da antropologia. *Amazônica*, 3(1), 10–31.
- Santos, R. V., & Coimbra, C. E. A. (1999). Hardships of contact: Enamel hypoplasias in Tupi-Monde amerindians from the Brazilian Amazonia. *American Journal of Physical Anthropology*, 109(1), 111–127. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1096-8644\(199905\)109:1<111::AID-AJPA9>3.0.CO;2-5](https://doi.org/10.1002/(SICI)1096-8644(199905)109:1<111::AID-AJPA9>3.0.CO;2-5)
- Schoeninger, M. J. (1979). Diet and status at Chalcatzingo : Some empirical and technical aspects of strontium analysis. *American Journal of Physical Anthropology*, 51(3), 295–309. <https://doi.org/10.1002/ajpa.1330510302>
- Silva, T. G. (2014). A voz de Analba Brazão Teixeira contra o autoritarismo, o sexismo e o racismo durante a ditadura militar no Brasil. *Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”*, 1–10.
- Smith, H. Z. (2022). *Religion and governance in England’s emerging colonial empire, 1601–1698*. Springer International Publishing. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-70131-4>
- Sørensen, M. L. S. (1988). Is there a feminist contribution to archaeology? in women and archaeology. *Archaeological Review from Cambridge*, 7(1), 920.
- Sørensen, M. L. S. (2000). *Gender archaeology*. Polity Press.
- Sørensen, M. L. S. (2014b). The history of gender archaeology in Northern Europe. In D. Bolger (Ed.), *A companion to gender prehistory* (pp. 395–412). <https://doi.org/10.1002/9781118294291.ch19>
- Stuart-Macadam, P. L. (1987). Porotic hyperostosis: New evidence to support the anaemia theory. *American Journal of Physical Anthropology*, 74, 521–526.
- Taylor, U. (1998). The historical evolution of black feminist theory and praxis. *Journal of Black Studies*, 29(2), 234–253. <https://doi.org/10.1177/002193479802900206>
- Trigger, B. G. (1989). *A history of archaeological thought*. Cambridge University Press.
- Ubelaker, D. H. & Pap, I. (2009). Skeletal evidence for morbidity and mortality in Copper Age samples from northeastern Hungary. *International Journal of Osteoarchaeology*, 19(1), 23–35. <https://doi.org/10.1002/oa.969>
- UNESCO. (2014). *The Slave Route, 1994-2014: The road travelled*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000228475>
- Van Valen, L. (1962). A study of fluctuating asymmetry. *Evolution*, 16(2), 125–142. <https://doi.org/10.1111/j.1558-5646.1962.tb03206.x>
- Vercellotti, G., Stout, S. D., Boano, R., & Sciulli, P. W. (2011). Intrapopulation variation in stature and body proportions: Social status and sex differences in an Italian medieval population (Trino Vercellese, VC). *American Journal of Physical Anthropology*, 145(2), 203–214. <https://doi.org/10.1002/ajpa.21486>
- Vèrges, F. (2019). *Un féminisme décolonial*. La Fabrique Éditions.
- Vieira, P. A. (1633). *Sermão XIV (1633)*. <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=68684&forceview=1>

- White, C. D. (2005). Gendered food behaviour among the Maya: Time, place, status and ritual. *Journal of Social Archaeology*, 5(3), 356–382. <https://doi.org/10.1177/1469605305057572>
- Zuckerman, M. K., & Crandall, J. (2019). Reconsidering sex and gender in relation to health and disease in bioarchaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, 54, 161–171. <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2019.04.001>

[recebido em 28 de junho de 2024 e aceite para publicação em 07 de novembro de 2024]